

CARTAS A CRISTINA

REFLEXÕES SOBRE MINHA VIDA E MINHA PRÁXIS

3ª edição



PAZ & TERRA

São Paulo | Rio de Janeiro

2019

11

PAULO EREIRE

CARTAS A CRISTINA

NOTAS DE ANA MARIA GRAUJO FREIRE

A ANA MARIA, minha mulher,
não apenas com o meu agra-
decimento pelas notas, com as
quais, pela segunda vez, melhorei
o livro meu, mas também com
a minha admiração pela
maneira séria e rigorosa
com que sempre trabalha.

Paulo Freire

PREFÁCIO

A Paulo Freire,
professor e amigo.

NA VERDADE, EMBORA TENHA SIDO INSTIGADO pelo texto de Paulo, é com você, leitor(a), que estou conversando agora. *Cartas a Cristina* é um texto de memória, sobre a memória. No início, logo nas “primeiras palavras”, está escrito: “Gostaria [disse Cristina a Paulo, um dia] que você fosse me escrevendo cartas falando algo de sua vida mesma, de sua infância; aos poucos fosse dizendo das idas e vindas em que você foi se tornando o Educador que está sendo.”

Não é à toa que começo falando sobre a memória. Peço ao(à) leitor(a) que se recorde disso. Iremos averiguar, através do livro, o que é que Paulo Freire faz com o trabalho sobre a memória. Os gregos a denominavam *Mnemosyne*. Pensei cá com meus botões, é importante relembrar o significado deste trabalho com *Mnemosyne*.

Mnemosyne ou *Mnemósina* vem do verbo grego *mimnéskein*, “lembrar-se de”. Ela personifica a memória. Profundamente amada por Zeus, ela concebeu às Musas. Buscando nome para as filhas (as Musas), *Mnemosyne* derivou de *men-dh* que, no grego clássico, quer dizer: fixar o espírito sobre uma ideia,

fixá-lo como arte-criação. O vocábulo que deu nome às filhas da Memória (Musa) relacionou-se, portanto, com o verbo *manthánein*, que significava: aprender, aprender mediante o exercício do espírito poético.

E por que teria a divindade suprema amado tão profundamente a Mnemosyne? Por que a paixão pela memória? Por que filhas tão especiais?

Após a vitória contra os Titãs, os elementais, os deuses pediram a Zeus que houvesse divindades memoriais. Pediram-lhe divindades cujo canto celebrasse a vitória dos Olímpicos sobre os elementos. Em nove noites, no leito de *Mnemosyne*, foram concebidas as Musas, aquelas cuja fala preside o Pensamento em todas as suas formas: a sabedoria, a eloquência, a persuasão, a poesia, a história, a matemática, a astronomia, a música e a dança.

O trabalho de Paulo é uma espécie de percurso. Um caminho através do qual fazemos viagens de pensamento: “... idas e vindas...”, diz o texto. Para mim ficou bem claro o seguinte: não se trata, apenas, de um lembrar ensimesmado, coisa que os antigos fazem por força de saber que todo dia é ocasião de resgate das significações que despençaram da gente no fluxo das determinações. Mais do que isto, e é por isso que a idade é *provecta*, lembrar é um percurso de idas e vindas. Nem se trata de um retrocesso interminável, o texto não é aquela correnteza das lembranças de Paulo Freire, como que sugerindo um funil da espiral do tempo. Não se trata de afunilar, mas, sim, de

abranger e alargar a compreensão de elos. Este trabalho de memória transmite ao(à) leitor(a) um certo bem-estar em participar, como se fosse um vento suave de verão ampliando e espalhando as relações do(a) leitor(a) com o seu próprio país. O Brasil de muito longe, lugar de há muito tempo (década de 1930 ou 1940), não se põe para o(a) leitor(a) como uma estepe longínqua, envolta de neblina, percorrida apenas pelos voos da vontade dos anciãos. E estes, aqueles com cuja memória se configuram os atos daquele Brasil ancestral, não são uma essência humana emergindo do tempo e da circunstância. São Pessoas Humanas, muito concretas sempre.

Me arrisco a dizer: esta é a *primeiríssima opção*, a marca de Paulo Freire. Gente Humana é processo, exige o trabalho interativo de autoconhecimento. E como é que Paulo delimita este trabalho? Tomar distância é um ato intelectual que formaliza a experiência, humanizando o tempo dela. Paulo, eu diria, vai sendo possuído pela Musa da Sabedoria...

Voltar-me sobre o passado... é um ato de curiosidade necessário. Ao fazê-lo, tomo distância do que houve, objetivo, procurando a razão de ser dos fatos em que me envolvi e suas relações com a realidade social de que participei.

Lembrar, deste modo, é perfilar o tempo. É trazê-lo às suas responsabilidades humanas. Trata-se de assumir o tempo como medida humana, como História. Cada um dos passos dados modifica o futuro e, simultaneamente, re-explica o passado. É postura ante o presente, não se tenha dúvida...

Os “olhos” com que “reveja” já não são os “olhos” com que “vi”. Ninguém fala do que passou a não ser na e da perspectiva do que está se passando.

Fincada no presente histórico, *eis aí uma segunda opção de Paulo*. O mundo, a vida e as cidades — sendo humanas — são mutáveis, elas são lugar epistemológico de transformações. Que o(a) leitor(a) confira o engendramento desta opção...

mesmo quando, na pouca idade de então, me era impossível compreender a origem das nossas dificuldades, jamais me senti inclinado a pensar que a vida era assim mesmo, que o melhor a fazer diante dos obstáculos seria simplesmente aceitá-los ... em tenra idade já pensava que o mundo teria de ser mudado.

Penso que vale a pena averiguar como isso foi se dando. A pergunta seria esta: como foi que se incorporou ao modo de pensamento de Paulo o sopro e o cântico da Musa da História (aquela que, segundo Aristóteles, preside ao movimento, à mutação e à contingência)?

Cá entre nós, prezado(a) leitor(a), o desafio da leitura deste livro é averiguarmos o modo como se constituiu nele, Paulo, o Educador. É instigante o modo como ele constitui a objetividade. O trato com o objeto mostra um caminho. Talvez o percurso pedagógico de aprender através do exercício do espírito poético. Sob o enfoque da narrativa — que é, no fundo, a concepção dele na leitura — um determinado objeto nunca é natureza morta, coisa imposta pela coti-

dianidade. O objeto e a objetividade são ocasião de leitura e releitura. Sob o trabalho da curiosidade os objetivos aparecem, desnudados na sua trama de interações. Reparei especialmente em dois casos: o piano alemão da sala de visitas e a gravata no colarinho do capitão Temístocles. Como que fazendo um jogo teórico (o distanciamento refletidor), o enfoque discrimina estes objetos, descreve-os analiticamente e, falando das interações do objeto, nos deixa entrever o “exercício do espírito poético” construindo a amplidão histórica das significações. O(a) leitor(a) poderá ler...

Dando-se à minha curiosidade o objeto é conhecido por mim. A curiosidade, porém, diante do mundo, diante do “não eu”, tanto pode ser puramente espontânea, desarmada, ingênua, que apreende o objeto sem alcançar a razão de ser do mesmo, quanto pode, virando, processualmente, a curiosidade que chamo epistemológica, apreender não o objeto em si mas apreender as relações do objeto, percebendo a razão de ser deste.

Paulo se dá conta (e nos conta) da complexidade desta epistemologia. Eu diria: é um jeito de lidar com a curiosidade, é um modo de tratar a corporalidade da epistemologia. Às vezes lhe ocorre uma certa conversa unilateral, subjetivíssima, alguma inflexão da corporalidade dele...

hábito que me acompanha até hoje, o de entregar-me, de vez em quando, a um profundo recolhimento em mim mesmo quase como se estivesse isolado do resto. Recolhido... gosto de pensar, gosto de me encontrar no jogo aparente de perder-me...

A partir disso, ele desenvolve aquela objetividade que mencionei. Sai de si, mundo afora. Relacionando, tecendo, propondo: fios de inteligibilidade. Procurando a razão de ser dos fenômenos e dos objetos.

No texto, esse movimento de procura poderia ser chamado *uma terceira opção de Paulo*. Trata-se da leitura da realidade.

Mas... o que é que a exige? Por que esta preocupação dele (Paulo) com a leitura? Observe, leitor(a), estamos descobrindo em Paulo Freire o Educador. Paulo “chegou” à Educação pelo vigor coerente de uma convicção: o Ser Humano extrai de si e de suas interações uma sobre-humanidade (a que ele denomina vocação de ser mais). E educar (*exducere*) é extrair ou, usando termos “freireanos”, é partear. O Ser Humano parteja sua sobre-humanidade educando-se para ela. Na concepção de Paulo, a educação é uma certa antecipação: a prática educativa antecipa o “ser mais” do Ser Humano (os termos dele são: o gosto vivo pela liberdade). À leitura do mundo precede a leitura da palavra. Por quê? Porque a conscientização redige a tomada de consciência; no sentido mesmo de re-digir, *re-digere*: fazer uma re-digestão.

O(a) leitor(a) poderá aprofundar-se nesta coerência. A possibilidade intelectual de abstrair e, assim, conceber a si mesmo e aos objetos, alcança (constitui) a razão de ser dos fenômenos e dos objetos. Esta objetividade necessária é uma interação permanente, ela é um ato humano de assumir-se e reconhecer-se dentro da mutabilidade do mundo. TUDO ISSO, caro(a) leitor(a), demanda a leitura. Epistemologicamente coerente, Paulo propõe uma terceira opção vital. Eu

me atreveria a dizer: a terceira grande opção freireana é *uma determinada concepção de leitura*. Através da leitura uma racionalidade reflexiva toma da matéria bruta do mundo e o lê. Ler é um entendimento participativo. Ler e pronunciar a palavra é reconhecer-se dentro do engendramento da realidade.

E como é que Paulo Freire lê a realidade? Vou citar um caso extraído do livro. Falando sobre a alfabetização e sobre o aprendizado, ele situa (objetiviza) um menino da periferia do Recife. Faz um perfil desse menino. Ao fazê-lo, traça parâmetros de reconhecimento e interpretação.

Não precisava consultar estudos científicos que tratassem das relações entre desnutrição e dificuldades de aprendizagem. Eu tinha um conhecimento de primeira mão, existencial, destas relações.

Revia-me naquele perfil raquítico, nos olhos grandes e, às vezes, tristes, nos braços alongados, nas pernas finas de muitos deles. Neles, revia também alguns de meus companheiros de infância... Toinho Morango, Baixa, Dourado, Reginaldo.

A leitura “freireana” da realidade é geográfica, é política, é estética, é ortopédica, é psicossociológica, é filológica, e é afetiva (ele usa o termo otimista). ESTAMOS DIANTE DE UM MODO DE LEITURA QUE ARTICULA elementos de realidade que certa tradição ocidental teima em separar, dicotomizando. Nesta leitura ARTICULAM-SE subjetividade/objetividade, corporalidade/abstração, poesia/ciência. Esta leitura se posiciona tal como, outrora, poderia se posicionar teoricamente um grego possuído de *Mnemosyne*

e que, “cantado” pelas Musas, desenvolvia o aprendizado através de movimentos poéticos do espírito. É como a fala interdisciplinar das Musas, literalmente “realizando” com a memória um modo de apreender (partejando) a realidade.

Repetindo o que eu já disse, o desafio é acompanharmos o surgimento de uma consciência de Educador.

Neste fevereiro,
que chove o verão de 1994,
Adriano S. Nogueira

INTRODUÇÃO

ESCREVER, PARA MIM, vem sendo tanto um prazer profundamente experimentado quanto um dever irrecusável, uma tarefa política a ser cumprida.

A alegria de escrever me toma o tempo todo. Quando escrevo, quando leio e releio o que escrevi, quando recebo as primeiras provas impressas, quando me chega o primeiro exemplar do livro já editado, ainda morno, da editora.

Em minha experiência pessoal, escrever, ler e reler as páginas escritas, como também ler textos, ensaios, capítulos de livros que tratam o mesmo tema sobre que estou escrevendo ou temas afins, é um procedimento habitual. Nunca vivo um tempo de puro escrever, porque para mim o tempo de escrita é tempo de leitura e de releituras. Todo dia, antes de começar a escrever, tenho de reler as vinte ou trinta páginas últimas do texto em que trabalho e, de espaço a espaço, me obrigo à leitura de todo o texto já escrito. Nunca faço uma coisa só. Vivo intensamente a relação indicotomizável escrita-leitura. Ler o que acabo de escrever me possibilita escrever melhor o já escrito e me estimula e anima a escrever o ainda não escrito.

Ler criticamente o que escrevo no momento mesmo em que me acho no processo de escrever me “fala” do acerto ou não do que escrevi, da clareza ou não de que fui capaz. Em última análise, é lendo e relendo o que estou escrevendo

que me torno mais apto para escrever melhor. Aprendemos a escrever quando, lendo com rigor o que escrevemos, descobrimos ser capazes de reescrever o escrito, melhorando-o, ou mantê-lo por nos satisfazer. Mas, como disse antes, escrever não é uma questão apenas de satisfação pessoal. Não escrevo somente porque me dá prazer escrever, mas também porque me sinto politicamente comprometido, porque gostaria de convencer outras pessoas, sem a elas mentir, de que o sonho ou os sonhos de que falo, sobre que escrevo e por que luto valem a pena ser tentados. A natureza política do ato de escrever, por sua vez, exige compromissos éticos que devo assumir e cumprir. Não posso mentir aos leitores e leitoras, ocultando verdades deliberadamente, não posso fazer afirmações sabendo-as inverídicas, não posso dar a impressão de que tenho conhecimento disto ou daquilo sem o ter. Não posso fazer citação de pura *frase*, sugerindo aos leitores que li a obra toda do autor citado. Me faltará autoridade para continuar escrevendo ou falando de Cristo se discrimino o meu vizinho porque é negro, da mesma forma como não poderei insistir em minhas falas progressistas se, além de discriminar o vizinho porque é negro, o discrimino também porque é operário e a sua mulher porque é negra, operária e mulher.

Não se diga que esteja defendendo o exercício de escrever a puros anjos. Não, escrevem homens e mulheres submetidos a limites que devem ser tanto quanto possível por eles e elas conhecidos. Limites epistemológicos, econômicos, sociais, raciais, de classe etc. Uma fundamental exigência ética ante a qual devo estar sempre advertido é a que me cobra quanto ao conhecimento que devo ter de meus

próprios limites. É que não posso assumir autenticamente o magistério *sem ensinar* ou *ensinando errado, desorientando, falseando*. Na verdade, não posso ensinar o que não sei. Não ensino lucidamente quando apenas sei o que ensino, mas quando tenho o alcance de minha ignorância, quando sei o que não sei ou o que não estou sabendo.

Só quando sei cabalmente que não sei ou o que não sei, falo do não sabido não como se o soubesse, mas como ausência superável de conhecimento. E é assim que parto melhor para conhecer o ainda não sabido.

Sem humildade, dificilmente cumpro esta exigência. É que, inumilde, recuso reconhecer minha incompetência, o melhor caminho para superá-la. E a incompetência que escamoteio e disfarço termina por, desnudando-se, desmascarar-me.

O que se espera de quem escreve com responsabilidade é a busca permanente, incansável, da *pureza* que recusa a hipocrisia *puritana* ou a *desfaçatez* da *sem-vergonhice*. O que se espera de quem ensina, falando ou escrevendo, em última análise, *testemunhando*, é que seja rigorosamente coerente, que não se perca na distância enorme entre o que faz e o que diz.

Cumprindo agora a velha promessa de escrever *Cartas a Cristina*, em que falo de minha infância, de minha adolescência, de minha juventude, de minha maturidade, do que fiz com a ajuda de outros e o desafio da própria realidade, teria de perceber, como condição, do meu ponto de vista, *sine qua* para escrever, que devo ser tão leal ao que vivi quanto leal devo ser ao tempo histórico em que escrevo sobre o vivido. É que, enquanto escrevemos, não nos podemos

eximir à condição de seres históricos que somos. De seres inseridos nas tramas sociais de que participamos como objetos e sujeitos. Quando hoje, tomando distância de momentos por mim vividos ontem, os rememoro, devo ser, tanto quanto possível, em descrevendo a trama, fiel ao que ocorreu, mas, de outro lado, fiel ao momento em que reconheço e descrevo, o momento antes vivido. Os “olhos” com que “revejo” já não são os “olhos” com que “vi”. Ninguém fala do que passou a não ser *na* e *da* perspectiva do *que passa*. O que não me parece válido é pretender que o que passou de certa maneira devesse ter passado como possivelmente, nas condições diferentes de hoje, passaria. Afinal o passado se compreende, não se muda.

É neste sentido, por exemplo, que, ao referir-me, em momentos diferentes destas cartas, às tradições autoritárias da sociedade brasileira, ao todo-poderosismo dos senhores das terras e das gentes, também se acha implícito, quando não explícito, o reconhecimento de que vivemos hoje uma das situações históricas mais significativas de nossa vida política quanto ao aprendizado democrático.

Tornamo-nos capazes, na história, de *impedir* um presidente¹ que, eleito pelo povo pela primeira vez depois de trinta anos de regime militar discricionário, traiu seu próprio povo. Se as coisas não se deram com a rigurosidade que se esperava, se não se foi ainda às últimas consequências, devemos convir em que vivemos um processo. O que nos cabe fazer, reconhecendo a natureza do processo, a resistência à seriedade, à decência que tem caracterizado o poder dominante entre nós, é fortalecer as instituições democráticas.

Nossa preocupação deve ser com melhorar a democracia, e não apedrejá-la, suprimi-la, como se ela fosse a razão de ser da falta de vergonha que aí está. Nossa preocupação deve ser com fortalecer o Congresso. Quem atua contra ele, quem o fecha, são os inimigos da liberdade. Há tanta possibilidade de haver homens e mulheres corruptos no Congresso quanto de haver decentes. Mas há também corruptos em outras instituições. Considerando que somos seres finitos, sujeitos à tentação, o que devemos fazer é aperfeiçoar as instituições, diminuindo as facilidades que ajudam as práticas antiéticas.

Onde quer que hoje no mundo se esteja desnudando a corrupção, punindo com maior eficácia os culpados, é obra da democracia, e não de ditaduras. O que temos de fazer, repitamos, é melhorar a democracia, é fazê-la mais eficaz, diminuindo, por exemplo, a distância entre o eleitor e o eleito. O voto distrital encurta a distância, possibilita que o eleitor fiscalize realmente o candidato em quem votou e, tornando o pleito uma operação menos dispendiosa, viabiliza mais a seriedade do mesmo. Não é com regimes de exceção que ensinamos democracia a ninguém; não é com imprensa amordaçada que aprendemos a ser imprensa livre; não é no *mutismo* que aprendemos a *falar*, como não é na licenciosidade que aprendemos a ser éticos.

Há algo que, realizado entre nós quase acidentalmente, deveria hoje vir tornando-se costumeiro pela obviedade de sua necessidade. A unidade programática das esquerdas. Não se explica que continuemos separados em nome de divergências às vezes adverbiais, ajudando, dessa forma, a direita singular que se fortalece diante da fragilidade a que o antidiálogo das esquerdas entre si as conduz.

Uma das exigências da pós-modernidade progressista é não estarmos demasiado certos de nossas certezas, ao contrário do exagero de certezas da modernidade. O diálogo entre os diferentes, também, se impõe para que, assim, possamos *contradizer*, com possibilidades de vitória, os antagonísticos. O que não podemos fazer é transformar uma divergência adjetiva em substantiva. Promover um desacordo conciliável a um obstáculo intransponível. É tratarmos-nos entre *esquerdas* como se estivéssemos entre esquerda e direita: fazendo *pactos* entre nós em lugar de aprofundar o diálogo necessário.

É evidente que minhas netas e meus netos verão e viverão tempo mais criador, menos malvado e perverso do que o que vi e vivi, mas tive e tenho a alegria de escrever e estar escrevendo sobre o que, acontecendo agora, anuncia o que virá.

É com este espírito enraizado no agora que repenso o que vivi. Daí que estas cartas, que não escondem *saudades*, não sejam, em nenhum momento, saudosistas.

Paulo Freire